



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 578/2024

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue;
- Lei Federal nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;
- Lei Federal nº 11.930, de 22 de abril de 2009, que institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea;
- Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que dispõe sobre normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;
- Lei Estadual nº 13.771, de 21 de outubro de 2009, que inclui no Calendário Oficial do Estado o Dia Estadual do Doador Voluntário de Sangue
- Lei Estadual nº 12.147, de 12 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências;
- Lei Municipal nº 8.831, de 12/12/1978, que autoriza a celebração do Termo Aditivo ao convênio celebrado com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, nos termos da Lei nº 8.430, de 2 de setembro de 1976.
- Lei nº 8.430, de 02/09/1976, que autoriza celebração de convênio com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 7.737, de 30/05/1972, que dispõe sobre concessão de auxílio à COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 7.500, de 01/09/1970, que dispõe sobre concessão de auxílio à Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue - COLSAN, e dá outras providências.- Lei Municipal nº 9.456, de 19/04/1982, que autoriza a celebração de convenio com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e da outras providencias.
- Lei Municipal nº 10.775, de 13/11/1989, que dispõe sobre a obrigatoriedade do tipo sanguíneo e do fator RH, como dado referencial na cédula de identidade funcional, e outras medidas.- Lei Municipal nº 12.494, de 10 de outubro de 1997, que torna obrigatório a concessão de direito ao descanso de 48 (quarenta e oito) horas, a todos os funcionários públicos municipais que se candidatarem a doador de Medula Óssea, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.027, de 8 de julho de 2005, que institui palestras de conscientização da importância da doação de sangue nas escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências; regulamentada pelo Decreto nº 46.585/05;
- Lei Municipal nº 14.029, de 13 de julho de 2005, que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Município de São Paulo e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.680, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a realização de palestras de conscientização sobre a importância da doação de órgãos nas escolas da Rede Municipal de Ensino;
- Lei Municipal nº 14.899, de 6 de fevereiro de 2009, que institui no Município de São Paulo a Quinzena Municipal de Doação de Sangue, e dá outras providências;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 15.143, de 1 de abril de 2010, que cria o Programa de Conscientização para doação voluntária de sangue no Município de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.253, de 12 de agosto 2010, que altera a Lei nº 14.485, de 12 de agosto de 2010, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos a Praça Itinerante do Doador de Sangue, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 17.751, de 24 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a Campanha de Conscientização, Valorização e Incentivo da Doação de Sangue, Plaquetas e/ou Medula Óssea na Cidade de São Paulo.
- Lei Municipal nº 16.963, de 24 de julho de 2018, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Mês do Doador de Sangue, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.978, de 10/09/2018, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Mundial do Doador Voluntário de Sangue, a ser comemorado anualmente no dia 14 de junho, e dá outras providências.- Decreto Estadual nº 39.454, de 27 de outubro de 1994, que cria a Central de Notificação para fins de doação de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para transplante
- Lei Municipal nº 18.119, de 03 de maio de 2024, que autoriza o Poder Executivo a adquirir ou locar helicóptero-UTI para o uso no sistema de saúde do Município, para prestar primeiros socorros, remoção de vítimas e traslado de órgãos humanos para transplantes.
- Decreto nº 23.361, de 29 de janeiro de 1987, que, dispõe sobre comunicação à Sociedade de Cardiologia de São Paulo (S P T x) da existência de potencial doador de órgãos na rede hospitalar do Município, e dá outras providências.
- Decreto nº 56.126, de 21 de maio de 2015, que confere nova redação ao artigo 10 do Decreto nº 24.146, de 2 de julho de 1987, que regulamenta o disposto no parágrafo único do artigo 92 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Decreto nº 50.656, de 05/06/2009 (texto original), que regulamenta a Lei nº 14.899, de 6 de fevereiro de 2009, que institui no Município de São Paulo a Quinzena Municipal de Doação de Sangue.
- Decreto nº 46.585, de 03/11/2005, que regulamenta a lei n.14027, de 8 de julho de 2005, que institui palestras de conscientização sobre a importância da doação de sangue nas escolas da rede pública municipal de ensino
- Decreto nº 51.677, de 02/08/2010, que regulamenta a Lei nº 15.143, de 1º de abril de 2010, que institui o Programa de Conscientização para Doação Voluntária de Sangue no Município de São Paulo.
- Decreto nº 35.461, de 31/08/1995, que regulamenta a Lei 11.705, de 28 de dezembro de 1994.
- Decreto nº 48.126, de 08/02/2007, que altera o Decreto nº 7.878, de 31 de dezembro de 1968.
- Decreto nº 29.637, de 22/03/1991, que autoriza o Conselho Municipal de Auxílios e Subvenções a celebrar convenio com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e da outra providencias.
- Decreto nº 29.188, de 23/10/1990, que dispõe sobre concessão de subvenção as Instituições Assistenciais que especifica, e da outra providencias.
- Decreto nº 29.239, de 30/10/1990, que autoriza o Conselho Municipal de Auxílios e Subvenções a celebrar convenio com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e da outras providencias.
- Decreto nº 29.477, de 16/01/1991, que autoriza o Conselho Municipal de Auxílios e Subvenções a celebrar convenio com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e da outras providencias.
- Decreto nº 28.568, de 23/02/1990, que autoriza o Conselho Municipal de Auxílios e Subvenções a celebrar convenio com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e da outras providencias.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Decreto nº 28.190, de 23/10/1989, que dispõe sobre a concessão de subvenção as Instituições Assistenciais que especifica, e da outra providencias.
- Decreto nº 27.797, de 30/05/1989, que autoriza o Conselho Municipal de Auxílios e Subvenções a celebrar convenio com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e da outras providencias.
- Decreto nº 27.675, de 24/02/1989, que autoriza o Conselho Municipal de Auxílios e Subvenções a celebrar convenio com a COLSAN - Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e da outra providencias.
- Decreto nº 27.257, de 02/11/1988, que autoriza o Conselho Municipal de Auxílios e Subvenções a celebrar Termo Aditivo ao Convênio firmado entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Colsan-Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e dá outras providências.
- Decreto nº 26.564, de 05/08/1988, que dispõe sobre a concessão de Subvenção à Instituição Assistencial que especifica, e dá outras providências.
- Decreto nº 25.394 22/02/1988, que autoriza o Conselho Municipal de Auxílios e Subvenções a celebrar convênio com a Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, e dá outras providências.
- Decreto nº 44.462 05/03/2004, que regulamenta a Lei nº 13.685, de 19 de dezembro de 2003, que institui o "Dia Municipal do Doador de Órgãos para Transplantes" e a "Semana de Incentivo a Doação de Órgãos para Transplantes", no Município de São Paulo.
- PL nº 23/2019, que institui o Selo Municipal Empresa Solidária no Município de São Paulo e dá outras providências.
- PL 542/23, que estabelece a política de incentivo à doação de órgãos no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL nº 547/06, que institui Trabalho de Conscientização da importância da Doação de Órgãos nas escolas da rede municipal de ensino, e dá outras providências



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- PL 231, de 06/06/2018, que dispõe sobre a inclusão de campanhas de conscientização sobre doação de órgãos e transplantes nas escolas da rede municipal de São Paulo e dá outras providências
- PL 157, de 21/03/2017, que estabelece diretrizes para a implantação do programa de esclarecimento e incentivo a doação de sangue e de órgãos no município de São Paulo, e dá outras providências
- PL 489, de 29/08/2006, que dispõe sobre a criação do banco municipal de sangue de cordão umbilical e placentária.
- PL 547/06, que institui trabalho de conscientização da importância da doação de órgãos nas escolas da rede municipal de ensino, e dá outras providências.
- PL 231/18, que dispõe sobre a inclusão de Campanhas de Conscientização sobre Doação de Órgãos e Transplantes nas escolas da Rede municipal de São Paulo e dá
- PL 495/2023, que dispõe sobre o uso obrigatório da mensagem “Doe órgãos, Salve Vidas”, nos locais que especifica.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 17 de setembro de 2024.

Cintia T. C. Cruz Carrer
Procuradora Legislativa Supervisora setor de Pesquisa e análise prévia de
Proposituras
OAB/SP 155.068